

Fishlow sugere estratégia para reduzir vulnerabilidade

por Pedro Cafardo
de São Paulo

A dívida brasileira, embora represente cerca de um quinto da dívida externa total dos países em desenvolvimento, pode ser administrada, mas essa tarefa só terá sucesso se o Brasil adotar uma política de médio e longo prazos para reduzir a vulnerabilidade do País. Esta a conclusão do professor Albert Fishlow, da Universidade da Califórnia, ao falar ontem durante o primeiro dia do seminário "Alternativas para a crise", promovido pelo Instituto Roberto Simonsen e pelo Jornal da Tarde.

Segundo Fishlow, o Brasil não tem alternativa a não ser aproveitar ao máximo a integração internacional de sua economia. "O problema deve ser colocado não em termos de opção entre a internacionalização ou não da economia, mas sim em termos de uma definição sobre o grau adequado de internacionalização", disse. Nesse sentido, ele propôs que a estratégia de médio e longo prazos deve ser voltada para o aumento das exportações e do nível de poupança interna, para a redução do consumo de energia e para a procura de novas fontes de energia. Procurar novas fontes, para Fishlow, significa "muito mais do que um simples Proálcool".

DEBATE

Os comentários dos três debatedores que participaram do seminário — Luciano Coutinho, da Unicamp; Alkimar Moura, da Fundação Getúlio Vargas; e Sérgio Freitas, da diretoria da área internacional do Banco Itaú — acabaram surpreendendo o conferencista. "Eles divergiram entre si, mas concordaram comigo", observou Fishlow.

Em sua longa exposição, na verdade, o professor Fishlow evitou posições que pudessem conduzir à radicalização do debate. Fez ressalvas à opção pelo endividamento externo, mas acentuou os reflexos dessa política para o crescimento econômico do País. Falou sobre a necessidade de uma política de austeridade in-



Albert Fishlow

terna para reduzir a alta participação dos financiamentos externos, baixar o consumo interno e criar excedentes exportáveis, mas ressaltou que os custos dessa "conta de sacrifícios" devem ser determinados por uma ampla discussão política. "As divergências devem ser discutidas, e não ocultadas", afirmou.

ESTABILIZAÇÃO

A estabilização imaginada por Fishlow, de qualquer forma, não pode ser simplesmente a adoção de uma política para reduzir as taxas de crescimento da economia. "É preciso saber", observou, "qual a relação entre essa redução da taxa de crescimento e a redução das importações ou, ainda, saber qual a relação entre a redução da taxa e a expansão das exportações." Diante dessa posição, ele não repete a ideia da adoção da política formal de estabilização preconizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Ao contrário, acredita que a adoção dessa política, ao final do ano passado, no auge da crise de liquidez internacional do País, poderia ter sido mais interessante ao Brasil.

"Estamos pagando hoje os custos de não termos recorrido ao FMI", observou Alkimar Moura, em apoio à proposição de Fishlow. Segundo Moura, é um equívoco pensar em FMI com base num comportamento da dé-

cada de 50, uma postura rigorosamente ortodoxa.

RECESSÃO

De fato, embora sem ter formalmente recorrido ao FMI, a estratégia de recessão estaria hoje mantida como perspectiva para os próximos três anos, segundo afirmou Luciano Coutinho. A menos que haja uma mudança inteligente, acrescentou, essa política vai-se autoderrostar, em consequência de desemprego, falências e tensões gerais sobre o sistema político.

Estratégia inteligente, segundo o professor da Unicamp, seria a preservação de algumas prioridades para o setor urbano da economia: "É possível pensar numa nova estratégia de desenvolvimento industrial favorável a setores, como os de bens de capital, de habitação, de saneamento e de transporte urbano". Para não comprometer o combate à inflação, entretanto, Coutinho propõe uma ampla reforma fiscal, que daria suporte de recursos ao governo.

Neste ponto, Sérgio Freitas discordou explicitamente de Luciano Coutinho. "Não conheço nenhuma solução expansionista para resolver problemas de balanço de pagamentos. Isso foi tentado no ano passado, no Brasil, com resultados desastrosos." Ao final de 1980, segundo Freitas, em consequência dessa política expansionista, a situação das contas externas brasileiras era "dramática".